

---

## Em direção ao movimento *Slow City*

Planejamento público coletivo na sustentabilidade de um pequeno município brasileiro

Brendow de Oliveira Fraga, Magnus Emmendoerfer, Vânia Gonçalves Costa, Alcielis de Paula Neto e Alessandro Carlos da Silva Júnior

---

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/cidades/3610>

ISSN: 2182-3030

**Editora**

DINÂMIA'CET-IUL

**Refêrencia eletrónica**

Brendow de Oliveira Fraga, Magnus Emmendoerfer, Vânia Gonçalves Costa, Alcielis de Paula Neto e Alessandro Carlos da Silva Júnior, «Em direção ao movimento *Slow City*», *Cidades* [Online], Sp21 | 2021, posto online no dia 15 abril 2021, consultado o 21 abril 2021. URL: <http://journals.openedition.org/cidades/3610>

---

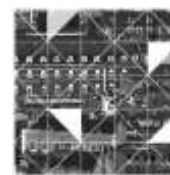


*Cidades. Comunidades e Territórios* is licensed under a Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Proibição de realização de Obras Derivadas 4.0 International.

---

# CIDADES, Comunidades e Territórios

---



## Em direção ao movimento *Slow City*: planejamento público coletivo na sustentabilidade de um pequeno município brasileiro

**Brendow de Oliveira Fraga**<sup>1</sup>, Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

**Magnus Emmendoerfer**<sup>2</sup>, Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

**Vânia Gonçalves Costa**<sup>3</sup>, Instituto Politécnico do Cávado e Ave, Portugal.

**Alcielis de Paula Neto**<sup>4</sup>, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil.

**Alessandro Carlos da Silva Júnior**<sup>5</sup>, Universidade Federal de Viçosa, Brasil.

### Resumo

Partindo do pressuposto que o movimento *Slow City* representa uma alternativa na mitigação de problemas socioambientais contemporâneos, o presente estudo aborda a gestão do território de forma compartilhada como proposta promissora de sustentabilidade. Seu objetivo é analisar o processo de planejamento para a mobilização dos diferentes atores sociais de um pequeno município brasileiro para os fins de qualificá-lo na filosofia *Slow City*. Desta forma, evidencia-se uma abordagem de planejamento socialmente construído com impacto na governança local. Neste caso, as noções de planejamento público, sustentabilidade e *Slow City* são revisadas e um estudo de caso foi aplicado. Por meio da pesquisa-ação os procedimentos de coleta de dados envolveram observações de campo, entrevistas, além de análise temática. Como principais resultados, ressalta-se o papel das instituições, técnicos, comunidade científica e população em transformação num esforço coletivo na articulação de um planejamento público inspirado no método de Planejamento Estratégico Situacional (PES). Concluiu-se que a utilização deste método ampliou as possibilidades do município em planejar suas ações a fim de se especializar como uma *Slow City*. Também possibilitou o maior envolvimento dos cidadãos, sobretudo, no que tange ao levantamento das informações necessárias para a elaboração de diagnósticos e na proposição de ações e compromissos futuros a serem assumidos pela cidade, como a questão da sustentabilidade e da resolução de problemas ambientais severos que assombram o entorno da comunidade local.

**Palavras-chave:** planejamento público, *Slow City*, sustentabilidade, desenvolvimento local, Rio Doce, Brasil.

---

<sup>1</sup> [brendowfraga@gmail.com](mailto:brendowfraga@gmail.com)

<sup>2</sup> [magnus@ufv.br](mailto:magnus@ufv.br)

<sup>3</sup> [vcosta@ipca.pt](mailto:vcosta@ipca.pt)

<sup>4</sup> [alcielisneto@gmail.com](mailto:alcielisneto@gmail.com)

<sup>5</sup> [alessandro.ufvadm@gmail.com](mailto:alessandro.ufvadm@gmail.com)

## 1. Introdução

As cidades estão no centro de transições fundamentais em direção a um futuro mais sustentável (Biberhofer e Rammel, 2017, p. 63) e apresentam desafios na gestão das mudanças socioambientais em contínua transformação. Observam-se problemas que precisam ser equacionados o quanto antes juntamente com o compromisso dos membros das comunidades locais na promoção de caminhos alternativos para sustentabilidade local.

Dentre esses desafios destacam-se os problemas relacionados à gestão do território, à urbanização equivocada e à falta de planejamento urbano relacionados a vários fatores. Alguns deles são os impactos nocivos da globalização e da rápida industrialização que acarretaram o despojamento de identidades sociais, físicas e culturais de lugares, regiões, cidades e nações, caracterizando assim um roubo de autenticidades culturais em massa (Çiçek, Uh e Uslay, 2019; Özmen e Can, 2018).

Nahrin (2019) ainda menciona os conflitos de interesses entre o público, o privado e a sociedade civil organizada na configuração de planejamentos públicos e preservação de áreas socioambientais. Neste contexto, Sekban, Bekar e Acar (2019) analisam os problemas relacionados ao crescimento das cidades, tais como: a poluição ambiental, o crescimento não planejado, os espaços verdes inadequados e as áreas residenciais não qualificadas. Os efeitos da expansão suburbana incluem riscos crescentes de saúde e segurança, habitat de terras agrícolas e vida selvagem em desaparecimento, polarização racial, disparidades de cidades/subúrbios na educação pública, falta de moradias populares e erosão das comunidades (Paydar e Rahimi, 2018).

A própria apreensão em relação a crises cíclicas como as econômicas, ambientais, políticas e, mais recentemente, as sanitárias tem provocado transformações sociais, e diversas cidades, principalmente as metrópoles, ao redor do mundo têm visto um esvaziamento da sua população intensificando uma tendência de busca por cidades menores, com menos problemas urbanos. São muitas as conspirações desfavoráveis que levam Galantini e Tezer (2018) a preocuparem-se com a descoberta de contribuições para os processos de planejamento público que abordem a questão da vulnerabilidade e os distúrbios urbanos no contexto de complexidade buscando-se reações de resiliência como forma de contribuir localmente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs 11 e 17) da Agenda Global das Nações Unidas (ONU BR, 2016).

Assim, a sustentabilidade de um território requer a mitigação de problemas que não são lineares, pelo contrário, são complexos e retratam processos socioeconômicos multidimensionais. Desta forma, lideranças eficazes, ações coletivas, múltiplas competências e dados confiáveis são necessários no desenvolvimento de soluções locais para problemas decorrentes de tendências globais, além da exploração do pensamento criativo (Coca-Stefaniak, 2020). Portanto, é necessário observar a capacidade de resiliência comunitária nas cidades, principalmente as rurais e/ou de pequeno porte, bem como os tipos de estratégias reconhecidas como facilitadoras de mudanças favoráveis ao meio ambiente (Dupré e Bischeri, 2019).

Neste aspecto, abordagens pós-normativas à gestão e ao marketing das cidades, bem como ao turismo, exigem um repensar das políticas públicas existentes que abordam questões mais amplas de sustentabilidade em função do debate sobre transições urbanas (Coca-Stefaniak, 2019). Uma dessas abordagens, que emerge no entorno de cidades sustentáveis, é o movimento *Slow* (Sekban, Bekar e Acar, 2019). Em outros termos, o conceito de sustentabilidade está imbricado na filosofia *Slow City/Cittaslow* (Ince, Iscioglu e Ozturen, 2020), numa declarada missão de desenvolvimento endógeno sustentável ao nível local.

Segundo Mayer e Knox 2006, a filosofia *Slow City* pode envolver diretrizes como: preservação ambiental, ecologia e sustentabilidade; produção e consumo conscientes; valorização da cultura e identidade locais; fomento à hospitalidade e manutenção de uma malha urbana adequada ao modo de vida do território. Sucintamente, o Movimento *Slow City* (MSC) pode ser definido como o de conservação do meio ambiente local, com uso de recursos gastronômicos autóctones e de novas tecnologias para o bem-estar mútuo das cidades a serem estabelecidas para qualidade de vida (Özgeris e Karahan, 2020).

Há critérios de adesão ao movimento SC. Um deles que interessa ressaltar aqui é o engajamento do município à macro área pertinente que lida com a definição de políticas voltadas a qualidade de vida urbana em termos de

melhoria da habitabilidade urbana, planejamento público sustentável e serviços interativos (Çiçek, Uh e Uslay, 2019). Portanto, a participação inclusiva é o foco do movimento para pequenas comunidades que visam melhorar a qualidade de vida dos moradores e compartilhar experiências únicas com os visitantes (Walker e Lee, 2019, p.1).

Isso comunga com a prática contemporânea de planejamento que baseia-se no conceito de paradigma colaborativo-comunicativo, que enfatiza os processos de tomada de decisão e a posição dos indivíduos dentro deles (Maruna, Rodic e Colic, 2018). Para estes autores o processo de planejamento deve ser eficaz e eficiente, responsável, transparente, responsivo, equitativo e inclusivo.

Para tanto, o MSC depende de um planejamento público socialmente construído em favor de uma lógica de governança local a ser consolidada (Paludo e Procopiuck, 2011; Oliveira, 2006; Dallabrida e Becker, 2003). Nesta perspectiva, a busca por instrumentos e diretrizes que proporcionem o protagonismo comunitário no processo de planejamento público evidencia-se como uma alternativa útil para amenizar problemas socioambientais. Também amplia os espaços democráticos de maior expressão das reais necessidades dos diversos segmentos da comunidade por canais de comunicação e negociação direta entre os diferentes habitantes de um município.

Dessa forma, o desenvolvimento de métodos participativos que, de fato, reflitam as demandas sociais dos municípios de uma cidade que se pretende, ou se denomina *Slow*, representa uma peça fundamental para a elaboração de um plano inspirado nas diretrizes desse movimento. Assim sendo, o presente trabalho pretende analisar a inserção de uma pequena cidade brasileira no movimento *Slow* após a ocorrência de um desastre socioambiental: Rio Doce, em Minas Gerais - Brasil, nome homônimo ao da bacia hidrográfica afetada por milhões de rejeitos químicos da Barragem, mantida por empresas mineradoras, que se rompeu em novembro de 2015 (Wanderley et al., 2016) atingindo uma área equivalente ao território de Portugal continental (Agência Brasil, 2020). Para tanto, e desde então, o governo local de Rio Doce vem realizando esforços a fim de promover um planejamento público juntamente aos diversos segmentos da sociedade para articular a cidade (Fraga, 2018) em uma proposta de retomada de desenvolvimento pós-desastre socioambiental (Souza e Carlos, 2018), no caso, o MSC foi o escolhido, pautando-se na preservação ambiental e valorização da cultura local.

Diante desta problematização, questiona-se: de que forma os atores sociais de uma pequena cidade interiorana do Brasil podem ser mobilizados para a articulação de um planejamento público voltado para o desenvolvimento sustentável, no contexto do movimento *Slow City*? Assim, o objetivo principal pretendido é analisar o processo de planejamento para a mobilização dos diferentes atores de um pequeno município no contexto brasileiro, a fim de qualificar o mesmo no contexto do movimento *Slow City*, como alternativa para o desenvolvimento sustentável local.

## 2. Planejamento público de cidades: dimensões e diálogos entre métodos emergentes

Desde os trabalhos embrionários sobre participação pública no planejamento das cidades (Damer e Hague, 1971) tem se observado a intensificação do dinamismo e da complexidade dos problemas públicos, é preciso que o ente governamental, no caso do presente artigo, o município/cidade, tenha suas projeções pautadas em um esforço conjunto dos mais diversos segmentos da sociedade. Esse esforço se traduz em parcerias entre os setores público e privado; por uma maior qualificação dos processos e dos profissionais de planejamento e orçamento público e, principalmente, por um envolvimento efetivo dos municípios com a coisa pública, com as questões da comunidade e com os processos que demandam deliberação e consulta social (Paludo e Procopiuck, 2011).

Dessa forma, para além dos instrumentos formais normativos de planejamento público os quais possuem um escopo, sobretudo, governamental e que no contexto brasileiro consistem no Plano PluriAnual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) bem como na Lei Orçamentária Anual (LOA), instituídos pela Constituição Federal de 1988 (Pares e Valle, 2006); discutir-se-á no presente trabalho por meio de literaturas temáticas produzidas essencialmente no Sul Global (Braveboy-Wagner, 2003) a partir de processos de redemocratização de países da América Latina iniciados na década de 80, especificamente, no Brasil (Cf. Cardoso, 2011). Assim, o ponto de partida da revisão de literatura são os processos e métodos de planejamento público emergentes sob uma

perspectiva policêntrica – por meio da inserção da dimensão social – participativa e inclusiva – em uma esfera que antes era apenas estatal.

Neste sentido, analisando a literatura sobre planejamento público, sem perder de vista o foco no contexto em estudo, verifica-se que o assunto ainda vem sendo tratado de maneira essencialmente técnica e com poucas reflexões teórico-conceituais a respeito de seus elementos constitutivos. Sendo o planejamento, principalmente o estratégico, um instrumento oriundo da gestão empresarial de países desenvolvidos (Kaufman e Jacobs, 1987), cujo escopo consiste em antever cenários para que uma organização possa alocar seus recursos e direcionar seus esforços de maneira eficiente, observa-se que a apropriação desse instrumento pela administração pública seguiu a mesma orientação normativa e instrumental (Paludo e Procopiuck, 2011). Contudo, observa-se uma problematização ainda incipiente dos fenômenos multidimensionais que envolvem um processo de planejamento no âmbito público, sobretudo em relação às dinâmicas sociais e ao envolvimento da comunidade no processo decisório, foco deste artigo.

Dessa forma, torna-se relevante dialogar perspectivas tradicionais do planejamento com formas emergentes, cujo objetivo de suas proposições foi ampliar o alcance do processo de planejamento no âmbito público em países do Sul Global. No Brasil, país do caso municipal em estudo, o planejamento público, desde suas origens, possui foco elementar na dimensão econômica e sua prática demonstra pouca flexibilidade às dinâmicas do contexto vigente (Alves e Lima, 1991). Os processos históricos envolvidos na instauração da prática do planejamento do país não previa a participação ou ainda o controle social sobre sua operacionalização. Conforme já mencionado, a utilização do planejamento no âmbito público se manteve por décadas no contexto brasileiro como uma forma técnica de ordenação econômica do Estado e de regulação de mercados privados, marcado por um teor centralizador e por uma racionalidade estritamente econômica (Toni, 2002), algo semelhantemente experimentado por outros países do Sul Global como os latinoamericanos (Cardoso, 2011).

Dentro dos sistemas oficiais de planejamento público instituídos pela Constituição Federal de 1988, o PPA consiste no instrumento central que determina os projetos, os objetivos e as diretrizes para a ação governamental no próximo quadriênio. Este instrumento orienta os esforços orçamentários formando um sistema integrado de planejamento e orçamento público, juntamente com a LDO que orienta a feitura dos orçamentos fiscais e os investimentos do poder público, de modo a concatenar as diretrizes do PPA com a LOA, a qual determina as despesas e receitas realizadas no próximo ano (Pares e Valle, 2006).

Considerando-se ainda que os municípios no Brasil são entes federativos, dotados de autonomia política, observa-se que as dificuldades vivenciadas pela gestão pública municipal são refletidas no processo de planejamento, o qual muito comumente é marcado pelo improviso e pela atuação imediata do gestor público, sem um processo de planejamento sistemático, de modo que a única diretriz para a gestão municipal fica a cargo dos instrumentos oficiais de planejamento e orçamento (Silva, Niero e Mazzali, 2009).

Isto posto, evidencia-se a importância da compreensão do planejamento público, sobretudo em nível local como um processo político e social de construção conjunta de eixos norteadores para a gestão pública. Esse processo demanda informações de diferentes segmentos, bem como possui potencial para gerar aprendizados entre os envolvidos. Ademais, no âmbito público, acredita-se ainda que um planejamento deva possuir flexibilidade e capacidade de considerar as contingências na proposição de ações futuras (Oliveira, 2006).

Neste aspecto, destaca-se no presente trabalho o Planejamento Estratégico Governamental (PEG) como uma alternativa emergente, além dos instrumentos formais de planejamento, que procura harmonizar os órgãos governamentais, suas políticas públicas, bem como a interação do governo com a sociedade por meio de uma rede de governança local capaz de identificar de maneira democrática as demandas de uma coletividade, tornando dialógica a construção de ações públicas entre governantes e cidadãos (Paludo e Procopiuck, 2011).

Assim, a partir da noção do PEG, inúmeras propostas emergem como a de Toni (2002), que propõe ainda a realização de um planejamento estratégico e participativo, estruturado de forma não normativa e viabilizando formas efetivas de participação popular que consistam em um instrumento útil por meio do compartilhamento de

responsabilidades entre os atores envolvidos e da criação de desenhos organizacionais que permitam a interação e o exercício real da democracia.

Dessa forma, ampliando-se a perspectiva do planejamento público para além da ótica, governamental, em função da complexidade das questões inerentes à administração pública, destaca-se o Planejamento Estratégico Situacional (PES) que emerge como uma proposta de PEG que considera problemas complexos que envolvem o ato de governar, bem como as incertezas e contingências desse processo (Alves e Lima, 1991).

O PES consiste em uma proposta articulada de teoria e técnica em planejamento estratégico governamental, proposta pelo economista chileno Carlos Matus, a qual se baseia na articulação da complexidade de elementos associados ao processo de gestão pública. No PES, consideram-se em interação a perspectiva política e social da interação entre governo e sociedade, assim como as condições que dependem dos atores envolvidos para a formulação de políticas e ações públicas (Paludo e Procopiuck, 2011).

Na proposição do PES, considera-se que o governante atua sobre um triângulo de governo composto pela governabilidade, isto é, a relação entre as variáveis controláveis e incontroláveis do processo de governo; pelo projeto de governo, que consiste no conteúdo da proposição de ações governamentais para determinado horizonte temporal; assim como na capacidade de governo, que representa um conjunto de condições objetivas para exercício do governo enquanto um processo social, gerencial e político. Essas variáveis, na concepção do PES, possuem interferência direta no processo de governo. Além disso, um dos grandes contributos do PES para o planejamento público, consiste em romper com o aspecto tecnicista e centralizador do planejamento tradicional (Silva, Niero e Mazzali, 2009).

Além disso, no que tange ao aspecto metodológico do planejamento, o PES propõe a integração de técnicas, atores e informações para uma compreensão mais ampla da realidade investigada e estrutura-se em quatro etapas que são contínuas e conectadas entre si, sendo elas o momento explicativo, em que se propõe uma apreciação da situação de maneira integrada e refletida, sobretudo por meio de fluxogramas situacionais e técnicas representativas. Ademais tem-se o momento normativo, em que desenham-se ações para a modificação da situação diagnosticada na etapa anterior, considerando-se todas as limitações existentes. Após, ocorre o momento estratégico, em que o plano é viabilizado. Em seguida, o momento tático-operacional é aquele em que se implementam de fato as ações previstas.

Ademais, ressalta-se em relação ao PES que a ação consiste em um de seus principais componentes e que o modelo está sujeito a frequentes alterações em função de sua natureza, o qual se baseia em situações emergentes, daí o nome Planejamento Estratégico Situacional (Paludo e Procopiuck, 2011). Diante do exposto, considera-se necessário refletir sobre o papel do planejamento e de perspectivas orientadas à integração da coletividade em um processo de desenvolvimento de uma determinada localidade.

Quando são consideradas ações coletivas em nível local, é preciso compreender que essa dimensão consiste em uma arena de disputas simbólicas, de ambiguidades, de contradições, de disparidades de interesses bem como de níveis múltiplos de informação e envolvimento com as questões sociais. Mais do que isso, em nível local, as mobilizações envolvem um processo de negociação, barganha, discussão e pactuações de desenhos institucionais para a coordenação da mudança no âmbito público (Brandão, 2008).

Tratando-se da noção de mobilização de atores sociais, é preciso concebê-la como uma convocação de ações e compromissos públicos assumidos entre os envolvidos com determinado projeto. É preciso orientar as pessoas, incentivando-as a ampliarem o exercício da própria cidadania, contudo, sem manipular os indivíduos de maneira impositiva ou autoritária (Mafra, Henriques e Braga, 2004).

Ao se falar na articulação entre diferentes atores para consecução de um objetivo coletivo, é preciso considerar ainda a noção de poder, o qual no presente trabalho é atribuído a uma dimensão relacional e precisa ser compartilhado juntamente a uma série de responsabilidades entre todos os envolvidos na transformação da realidade de uma determinada localidade, para que de fato ocorra o chamado poder local. Outro elemento fulcral na configuração de um esforço planejado para o desenvolvimento local consiste na proposição de uma transformação da cultura política, isto é, necessita-se promover um desenraizamento nas diferentes esferas sociais

de uma comunidade, da concepção hegemônica de poder (Niederle, 2014). Ou seja, é preciso incutir nos cidadãos o interesse por novas formas de participação e inclusão de mecanismos de democratização da construção de cenários futuros para a ação municipal.

Ademais, é importante salientar que a construção de relações democráticas bem como a obtenção de comportamentos colaborativos são processos que demandam intenso esforço e tempo dos condutores de uma mudança social. Todavia, tais processos devem possuir perenidade para que de fato possam resultar em interação social e cidadania, uma vez que em determinado espaço público coexistem indivíduos dotados de lógicas próprias e de repertórios distintos, os quais vão refletir, em maior ou menor grau, o interesse da coletividade. Assim, compete à gestão pública, principalmente em um processo de planejamento, articular a multidimensionalidade das informações existentes em um grupo e gerar coordenação para que de fato os problemas e as soluções apontados sejam transformados em ações efetivas para o desenvolvimento local (Brandão, 2008).

Neste aspecto, o planejamento assim como o diagnóstico da comunicação constituem elementos essenciais para a compreensão do processo de interação entre os interlocutores de determinado projeto. Assim emerge o conceito de público ou públicos, enquanto todo o grupo de indivíduos que possuem algum nível de interação ou influência sobre determinada organização ou iniciativa. Dessa forma, mapear estes públicos e definir objetivos comunicacionais com os mesmos representa uma maneira de assegurar o controle e a efetividade da interação de determinado processo (Marquêz, 2010).

Retomando a ideia de governança, fundamental para processos de planejamento público coletivo e de gestão a nível local, Dallabrida e Becker (2013) defendem a protagonização da sociedade no processo de desenvolvimento, efetivado principalmente por meio da articulação dos grupos, instituições e associações regionais. Em termos de operacionalização, os autores propõem que o grupo devidamente organizado e coordenado juntamente com o governo local devem construir por meio do diálogo, um diagnóstico da realidade; a priorização dos objetivos a serem atingidos, assim como as responsabilidades e táticas atribuídas a cada um dos envolvidos.

Brandão (2008) evidencia ainda, as dificuldades enfrentadas pelos municípios em países federativos como o Brasil, os quais lidam com problemas na gestão dos gastos públicos, assim como na ordenação de suas políticas. Neste aspecto, o autor aponta o crescimento de novos arranjos institucionais no contexto municipal, de modo a ampliar as possibilidades da gestão pública. Contudo, salienta a cautela em se apropriar de modelos internacionais de desenvolvimento, visto que o contexto brasileiro é carregado de uma série de peculiaridades históricas associadas à formação das cidades e à composição de seus grupos sociais.

Isto posto, analisar-se-ão a seguir as potencialidades e o alcance do MSC como alternativa para o planejamento público com sustentabilidade, principalmente de cidades pequenas. O MSC pode ser compreendido como uma filosofia a ser adequada às especificidades e necessidades da gestão pública em nível local.

### **3. *Slow City* como uma diretriz para o planejamento público e a sustentabilidade local**

Na contemporaneidade, observa-se um imperativo premente de mudanças em que novos conceitos políticos de desenvolvimento emergem. Fala-se de cidade “inteligente”, “de emissão zero” ou “global” que pretendem sinalizar caminhos para territórios sustentáveis e uma sociedade mais sólida (Biberhofer e Rammel, 2017: 63). Há ainda a ideia de desenvolvimento municipal pela análise do “vazio urbano” (Petrova e Nenko, 2019) e do “*placemaking*”, que é um conceito interdisciplinar de planejamento a partir de bens e espaços públicos (Strydom, Puren e Drewes, 2018).

Neste interim, uma nova filosofia de resignificação de desenvolvimento urbano tem chamado a atenção, trata-se do Movimento SC ou Cittaslow, que consiste na palavra italiana *cittá* e na palavra inglesa *slow*, frequentemente traduzida como “Cidade Lenta” ou “Cidade do Bem Viver”, que vem ganhando popularidade (Han et al., 2019). Portanto, é um movimento que busca a preservação da originalidade contra os impactos da globalização e que tem uma grande importância para aumentar a qualidade da vida (Varolguines e Canan, 2018).

Derivado do Movimento *Slow Food* (incremento da economia e de atividades comerciais locais, proteção cultural e de tradições, além de educação alimentar), a *Slow City* (SC) emerge como proposta de desenvolvimento comunitário local (Kucukergin e Ozturk, 2020;). Trata-se de uma alternativa ao ecodesenvolvimento por meio da prudência ecológica, da eficiência econômica e da justiça social incentivando a produção local de alimentos por meio de manejo sustentável (Mayer e Knox, 2006).

O *Slow Movement* (SM), é considerado no presente trabalho como um movimento ideológico iniciado na década de 1980, inspirado na ressignificação dos valores hegemônicos da sociedade contemporânea. Dentre eles, o imperativo da pressa, a ideia de que a eficiência é um fim em si mesmo, bem como a noção de desenvolvimento atribuída à lógica dos grandes centros. Este movimento se irradia em diversos aspectos da vida em sociedade, tais quais o turismo, a produção e consumo de alimentos, bem como a gestão das cidades (Bauer, 2016).

Assume-se no presente artigo, que o MSC designa a expressão do SM no âmbito do desenvolvimento em cidades de pequeno porte. Dessa forma, ainda que a literatura existente estabeleça estrita relação entre o conceito de SC e a Associação Internacional Cittaslow, toma-se da mesma, como a base para a construção do conceito de SC no presente trabalho, apenas as diretrizes relacionadas à cultura e à identidade locais, à valorização da produção e consumo em nível local, o fomento à sustentabilidade e à ecologia, assim como as especificidades urbanísticas de pequenos municípios (Carvalho, 2014).

A ideia do movimento é que as cidades de pequeno porte, entendidas pelos dirigentes do movimento como aquelas com população inferior a 50 mil habitantes, não se rendam à lógica de crescimento orientada pela racionalidade instrumental e pelo imperativo da eficiência, em que os indicadores decisivos para as ações municipais são exclusivamente a geração de divisas econômicas e renda (Cittaslow, 2016).

Assim, no *Movimento Slow*, a qualidade de vida da população, isto é, o bem viver dos que habitam uma localidade conta como um importante critério para os processos decisórios em nível público e para a formulação das políticas públicas. Logo, o SC emerge como uma alternativa ecológica e humanista para promoção do bem-estar e da qualidade de vida nos pequenos municípios (Carvalho, 2014), que contribui para a implementação de uma filosofia municipal voltada para a sustentabilidade.

A filosofia *Slow* pode ser compreendida como uma revolução no estilo de vida das pessoas e tem a ver com mudança de mentalidade e reavaliação de prioridades na vida, podendo ser resumida em uma palavra: equilíbrio (Serdane, 2019). Ou seja, na combinação certa entre o ‘rápido’ e o ‘lento’. Uma situação que permita que as pessoas vivam, trabalhem e viagem de forma diferente da agitação de hoje em dia. Há um direcionamento no sentido da simplicidade, tranquilidade, atenção às experiências humanas com reflexão, renovação e crescimento pessoal dos indivíduos.

Com base nessas orientações, é possível definir objetivos, metas e indicadores para o planejamento público de um município, bem como direcionar ações e compromissos dentro de um pensamento orientado para os princípios do SC. Contudo, deve-se considerar as peculiaridades da formação econômica e social das cidades no contexto brasileiro, apontadas anteriormente, as quais não permitiriam a incorporação irrefletida de um modelo estrangeiro. Assume-se ainda que um município trabalhar sob a ótica do SM, consiste em uma maneira de qualificar sua gestão pública e orientar a cidade dentro de uma diretriz plural de sustentabilidade, contemplando aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais (Pizzirani, et al., 2018).

Outra característica do SC que coaduna com a proposta da presente investigação consiste no protagonismo comunitário (Mayer e Knox, 2006). Isto significa que qualificar o município dentro de uma lógica *Slow*, é uma empreitada que depende da adesão e da participação plena dos munícipes, para que as práticas possam de fato ter repercussão para além de um mandato governamental. Assim, as *Slow Cities* têm a pretensão de serem ótimos lugares para se viver, trabalhar e receber turistas. Isso envolve o apoio aos pequenos empresários e a promoção das tradições locais, bem como a proteção à natureza e a proatividade na participação cidadã comunitária.

A despeito da produção acadêmica apresentada sobre o Movimento *Slow City*, coaduna-se com o trabalho de Emmendoerfer et al. (2020), em que as evidências na literatura especializada sobre o tema revelam um campo em construção e, ao mesmo tempo, ávido por estudos empíricos que possam auxiliar o planejamento público de



cidades, comunidades e territórios, principalmente em situações de crise ou tragédia como o caso do município de Rio Doce a ser abordado nas próximas seções.

#### 4. Procedimentos metodológicos

Aplicou-se o método estudo de caso no município de Rio Doce, Minas Gerais, Brasil, uma vez que este método é também adequado para investigações sobre planejamento público. A escolha do caso em voga foi motivada pela ocorrência do desastre ambiental mencionado na introdução deste artigo, que exigiu um reposicionamento do governo local em relação ao futuro da cidade, que observou aderência e interesse público na adesão ao Movimento *Slow City* (Cf. Fraga, 2018).

Neste sentido, o estudo de caso foi executado primordialmente por meio da técnica de Pesquisa-Ação (PA) no município investigado. Por meio da PA, foram realizadas visitas de campo periódicas no município investigado, com duração de uma semana, no período de 2015 a 2019. A PA contemplou dois procedimentos de coleta de dados aplicados durante as visitas como: a) observações de campo (em organizações e espaços públicos no centro da cidade de Rio Doce) registradas de forma manuscrita em um cadernos de anotações e/ou com recursos audiovisuais como um *smartphone*; b) a realização de entrevistas individuais e coletivas, sem roteiro (guião) pré-determinado, partindo da questão norteadora apresentada na introdução deste artigo (a qual foi adequada a linguagem da população). APA consiste em uma técnica de investigação científica em que o sujeito se insere na realidade social de seu objeto, realizando uma pesquisa de base empírica, a partir da resolução de um determinado problema coletivo em que pesquisadores e representantes de uma determinada coletividade atuarão de maneira colaborativa. E, então, as situações vivenciadas nesse processo relacionado à ação devem ser teorizadas (Thiollent, 2011). Assim, de forma indutiva, buscou-se analisar o desenvolvimento de métodos de planejamento (com o suporte de elementos contidos nos construtos teóricos tratados na seção anterior sobre a revisão de literatura) para a mobilização dos diferentes atores sociais em Rio Doce visando qualificar este município na filosofia *Slow City*. Logo, em uma PA, a dimensão comunicativa e interativa, isto é, o desenvolvimento de instrumentos que possibilitem a interação e a interlocução entre os participantes mostra-se como uma esfera essencial. Neste estudo, os principais instrumentos de articulação entre o governo local e sociedade civil, utilizado juntamente com participantes da investigação foram: 45 reuniões gerais ou temáticas, a formação de grupo de trabalho (Comitê Pró Rio Doce *Slow City*) e 42 seminários. As atividades temáticas versavam sobre assuntos relacionados a planejamento público, sustentabilidade e MSC. Ressalta-se que os seminários temáticos se constituíram o principal instrumento empregado e relacionado à recolha de dados sobre o objeto em estudo no caso. O seminário foi a principal arena para a produção de conhecimentos coletivos, conduzida pela equipe de investigação, onde foram levantados problemas, discutidas soluções e interpretados os achados da construção coletiva da realidade sobre o objeto em estudo.

Esses instrumentos envolveram de forma periódica 19 participantes voluntários que se comprometeram a participar das atividades instrumentalizadas. Desses, 10 compuseram o referido grupo de trabalho, contemplando a presença de uma professora, um assessor da prefeitura, duas servidoras públicas da secretaria de saúde, uma secretária municipal e 5 representantes da comunidade. Mesmo que todos tenham auxiliado de alguma forma com a realização dos seminários, coordenados pela equipe de investigação deste artigo, observou-se protagonismos femininos dentre os participantes deste estudo. Contudo, informações adicionais com detalhamento da aplicação da técnica PA e dos instrumentos para a participação ativa dos participantes do caso estudado podem ser verificados em um dos relatórios parciais materializados no trabalho de Fraga (2018), parte de um projeto de investigação mais amplo, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no Brasil (parecer: 1.865.100).

A partir dessas técnicas, instrumentos e participantes foram coletados dados que permitiram organizar, sob a lógica indutiva e por saturação das narrativas apreendidas, diversas categorias temáticas sobre o objeto investigado. Para fins deste estudo e para a discussão dos resultados, foram apresentados quatro principais (mais frequentes e pertinentes ao objeto estudado): dimensão governamental; interesse público; práticas de planejamento no território; fatores críticos de sucesso. Essas categorias permitiram analisar e compreender o processo de planejamento público participativo no caso estudado exposto na próxima seção.

## 5. Resultados e discussões

Rio Doce, município localizado no estado de Minas Gerais, Brasil, possui população estimada em 2019 de 2.611 habitantes em uma área de 112,094 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017). Se, por um lado, o desastre socioambiental que afetou o município de Rio Doce e mais 229 municípios desde 2015, trouxe inúmeros constrangimentos e ameaças (Cf. Wanderley et al., 2016) para dezenas de milhares de habitantes que ainda esperam indenizações e compensações (Agência Brasil, 2020), por outro, trouxe como oportunidades o recolhimento de impostos sobre prestação de serviços de recuperação e reativação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, situada parcialmente no município de Rio Doce, atingida pelos rejeitos químicos da Barragem rompida, o que proporcionou acessar recursos financeiros para se investir ações coletivamente planejadas para retomada do desenvolvimento local. Eis a relevância desta discussão em interface com investigadores de Universidades da região e interessados em contribuir com mitigação dos constrangimentos gerados pós-desastre.

Mesmo com tal ocorrência, Rio Doce conseguiu manter bons indicadores de bem-estar e qualidade de vida da população (uma das exceções se comparado com outros centenas de municípios afetados pelo desastre) assim como evidências que o enquadram preliminarmente no MSC, como o oferecimento de água tratada à totalidade da população; o uso de fontes alternativas de energia; o fomento à produção e ao consumo em nível local por meio de programas orientados aos pequenos produtores; assim como o uso dos espaços públicos para a promoção da cultura, da memória e da identidade local (Fraga, 2018).

Além disso, destaca-se que o município possui espaços institucionalizados para a participação cidadã, verificados por meio dos Conselhos Municipais ativos e atuantes. Ademais, observou-se a ampliação do interesse coletivo em desenvolver novas práticas e novas perspectivas para a cidade, considerando as categorias abaixo como subsídios para o planejamento público coletivo sob a filosofia do MSC, apresentadas a seguir.

### 5.1. Dimensão governamental

Observa-se que a inserção do município nas diretrizes do SM constitui um objetivo estratégico do representante do poder executivo da cidade, manifestado publicamente em seu discurso governamental e nas ações e compromissos por ele assumidos. Por meio das reuniões coletivas, e em conversa com esse governante, foi possível auferir do mesmo a intenção em elaborar um projeto integrado de desenvolvimento local, com diretrizes e objetivos multidimensionais e que contasse com a ampliação do envolvimento da comunidade na consecução de novas perspectivas para a gestão pública municipal.

O início do interesse do dirigente do executivo em implementar mudanças estruturadas no município, ocorreu nos anos finais de seu primeiro mandato, em que a cidade fora acometida por um desastre ambiental que afetou as condições do rio que abastece a região, ocasionando problemas ambientais, econômicos e sociais. Diante dessa nova realidade, o prefeito (que no Brasil corresponde ao dirigente do poder executivo, cargo que no modelo administrativo português assemelha-se ao Presidente de Câmara Municipal) presumiu a necessidade de um plano com dimensão coletiva que pudesse levantar soluções, informações da comunidade e cursos de ação que pudessem coordenar os esforços futuros para os próximos anos.

Compreendendo o SC como uma perspectiva para um município com as condições e a estrutura que a localidade analisada apresentam, os representantes do serviço público assim como o poder executivo investiram, com o auxílio dos pesquisadores que compõem a autoria do presente trabalho, na ampliação dos conhecimentos sobre a potencialidade e o alcance do referido movimento, como uma orientação para o governo local bem como na mobilização dos munícipes sobre a importância do envolvimento e da participação nos processos de elaboração de um plano municipal integrado. Devido ao desastre socio ambiental, o método PES - Planejamento Estratégico Situacional demonstrou mais aderente a situação do município de Rio Doce. E assim, conforme proposto em Carvalho (2014), pode-se envolver todo o aparato técnico e tecnológico disponível para tornar o processo mais eficiente, bem como reduzir os impactos e interagir de modo harmonioso e equilibrado com o meio ambiente e preservação da cultura local.

Dessa forma, o governante municipal não apenas estimula, como também se envolve pessoalmente nas reuniões para proposição de medidas e para o debate público de ideias e necessidades da cidade. Além disso, o prefeito viabiliza através dos mecanismos oficiais de comunicação governamental condições para integração e envolvimento de todos os cidadãos.

## **5.2. Interesse público**

No que tange a esta categoria, inicialmente foi preciso compreender a percepção dos envolvidos, bem como as expectativas dos mesmos, em relação aos resultados do processo de planejamento público inspirado nas diretrizes do SC. Mais do que isso, foi necessário verificar inicialmente se havia de fato vontade dos cidadãos em se envolverem com essa proposta, validando-se assim, a dimensão do protagonismo comunitário e presente na ideia do SC (Varolguines e Canan, 2018).

Dessa forma, verificado o interesse público, observou-se que a composição do grupo formado, apesar de heterogênea, isto é, composta por pessoas de diversos segmentos da sociedade, ainda assim não representava a pluralidade dos habitantes da cidade, uma vez que a maioria dos participantes estava vinculada ao serviço público ou a alguma instituição de participação social, tais quais conselhos municipais. Logo, a partir da análise da composição dos indivíduos envolvidos com o processo, realizou-se a comunicação, por meio da rádio comunitária, jornais e redes sociais como o Facebook e Instagram, dos instrumentos praticados em prol do planejamento público coletivo de Rio Doce (Cf. Fraga, 2018).

## **5.3. Práticas de planejamento no território**

O principal instrumento empregado para a aproximação dos envolvidos com o processo de planejamento público ocorre por meio de seminários temáticos que cumprem função de sistematizar os conteúdos e criar espaços para a discussão entre os envolvidos. Nestes seminários, considera-se pertinente desenvolver condições para a dialogicidade em que os participantes se sintam incentivados a contribuir com suas percepções, demandas, opiniões e informações a respeito das dinâmicas que envolvem o município.

Nas reuniões iniciais, a configuração da comunicação em formato de palestra tornou-se inevitável, em função da necessidade de conscientizar os indivíduos bem como informá-los a respeito da natureza, da dimensão e do real sentido do processo social e sustentável que iniciava-se em Rio Doce via governo local.

Uma vez conscientizados os munícipes e disseminadas as informações a respeito do projeto, o desenvolvimento de metodologias participativas se tornou imperativo para diagnóstico e levantamento de informações a respeito da conjuntura atual do município. Ademais, para manter a continuidade do processo de planejamento foi preciso ainda definir um grupo de pessoas para a composição de um comitê representativo com o qual seriam geridas as etapas do processo de planejamento público inspiradas nas diretrizes do SC.

Para a definição dos públicos, escolheram-se três macrocategorias, sendo elas política, mercado e sociedade civil. Dentro de tais categorias, atribuíram-se os atores delas componentes cuja participação teria pertinência ao escopo do SC. Neste aspecto, conforme orienta Brandão (2008: 151), “é preciso ampliar as arenas publicizadas e os canais institucionalizados de participação promovendo o diálogo coletivo”. Isso pode ser gerado por um mapa da composição dos presentes nas reuniões temáticas e conseqüentemente interessados em compor o comitê representativo, denominado Comitê Slow, conforme Tabela 1.

**Tabela 1. Mapa de públicos**

<b>Política</b>	<b>Mercado</b>	<b>Sociedade Civil</b>
Governantes	Comerciantes	Associações
Serviço público	Pequenos produtores	Educadores
Conselhos Municipais	Artesãos	Artistas e livres pensadores
Opositores políticos		Juventude
		Idosos

Fonte: elaborado pelos autores.

Esse mapa pode ser sofisticado pelo monitoramento de redes sociais, sociogramas e aplicações eletrônicas, georeferenciadas por Sistema de Posicionamento Global (GPS), que podem gerar informações iconográficas dos públicos, revelando o grau de envolvimento com o comitê e o respectivo nível de interação entre os públicos. Neste sentido, quanto mais próximo ao centro, maior é a interação de determinado grupo com o Comitê Slow, assim como, quanto mais distante do centro, maior é a necessidade de táticas prospectivas e de conscientização, sobre a importância de se articular e antever cenários para o desenvolvimento sustentável da cidade. Este mapeamento mostra-se como uma perspectiva interessante, uma vez que permite compreender de maneira visual, as necessidades de esforços comunicativos bem como o alcance dos esforços inicialmente exercidos para envolver a população no planejamento público.

Com base no mapa da Tabela 1 torna-se evidente a necessidade de comunicação integrada que possa tangenciar os públicos mais afastados das ações em curso em relação ao Comitê Slow. É preciso identificar questões relevantes a cada público e potencializar maneiras de efetivar seus conhecimentos, informações e demandas, em diretrizes de desenvolvimento local que, a partir da filosofia *slow*, procuram tornar os modos de vida mais sustentáveis, com espaço que seja capaz de facilitar as rotinas e as experiências sociais, considerando os fatores ambientais, mas também o bem-estar e a identidade cultural (Carvalho, 2014), internalizando assim o ODS 11 - tornar a cidade um lugar inclusivo, resiliente e sustentável (ONU BR, 2016).

O passo seguinte no processo de planejamento público presume-se que seja a identificação e a descrição de relações objetivas entre cada um dos públicos do mapa, o potencial de contribuição dos mesmos para a feitura do plano, assim como as possibilidades que a implementação do MSC planejado lhes retribuiria.

Seguindo-se os princípios do método PES, a coordenação e concatenação desses públicos consistem em um fator decisivo para a conclusão do momento explicativo, isto é, do levantamento efetivo das estratégias que precisam ser formuladas na ótica multicêntrica proposta por este modelo.

#### **5.4. Fatores críticos de sucesso**

Um dos fatores-chave para a eficácia da proposta consiste na compreensão da real dimensão tanto do SC, quanto do processo de planejamento urbano voltado para valores de sustentabilidade. É preciso que os envolvidos vejam o processo de participação emergente como uma oportunidade para a construção de alternativas e de possibilidades para o exercício da gestão pública de uma maneira mais pertinente às reais necessidades do cidadão, visto que a implementação da filosofia do SC, envolve um protagonismo comunitário (Mayer e Knox, 2006), através da adesão e da participação plena dos munícipes no processo.

Entretanto, é preciso evidenciar que o processo de planejamento público é um meio e não um fim, para que não aconteça que os pesquisadores, bem como os representantes do governo, sejam tidos como provedores absolutos

de soluções para as demandas que serão levantadas quando, de fato, os mesmos se tratam de agentes dotados de paridade performática em um esforço intelectual coletivo para se pensar no futuro da cidade.

Outro fator crítico consiste na consideração da percepção dos opositores e dos questionamentos em relação à corrente principal de pensamento conduzida ao longo do processo, uma vez que tais antagonismos tanto podem contribuir para a revisão das atividades em andamento, quanto podem se tornar detratoras de um processo de conscientização coletiva.

## 6. Considerações finais

O presente artigo contribui com a ainda escassa discussão a respeito de formas alternativas de planejamento público para além de uma perspectiva técnica e estadocêntrica. Observou-se na situação investigada que, inspirando-se na estrutura e nas fases do Planejamento Estratégico Situacional (PES), foi possível elaborar um método de trabalho aplicado às especificidades e às situações problemáticas envolvidas no planejamento público coletivo do município analisado. Além disso, a possível (re)aplicação deste método em outros contextos semelhantes pode considerar as categorias utilizadas como elementos intervenientes e/ou de orientação para sua exequibilidade.

Ademais, foi possível aferir que as assimetrias de informação, interesse, envolvimento e posicionamento dos atores sociais envolvidos em relação ao processo de planejamento e a atuação governamental influenciam diretamente na mobilização social para a construção de um planejamento coletivo de ações para a sustentabilidade do local.

Entretanto, ressalta-se que os processos desenvolvidos no município de Rio Doce e a conscientização coletiva proporcionada por meio das reuniões sistemáticas e do processo estabelecido entre pesquisadores, governantes, representantes do serviço público, do mercado e da sociedade civil constituiu um autêntico exercício da democracia, por meio de um desenho institucional inovador, desvinculado de um escopo normativo e apropriado aos hábitos locais e ao modo de relações políticas tradicional.

Em relação à implementação de uma filosofia alternativa de desenvolvimento urbano internacionalmente reconhecida como a Cíttaslow, que propõe a valorização da cultura local, o uso consciente dos recursos naturais e maior qualidade de vida para os cidadãos, destaca-se que em função da sua dimensão ideológica e por ser uma proposta baseada na ressignificação de valores sociais, verificou-se ainda a necessidade de um intenso trabalho de conscientização, capacitação e orientação dos munícipes, a respeito do potencial e do alcance dessa proposta de desenvolvimento endógeno.

No entanto, a adoção ao movimento SC proporcionará um desenvolvimento urbano orientado para questões de sustentabilidade e equidade social, conforme apresentado por Mayer e Knox (2006). Além disso, destacam-se as oportunidades advindas das trocas de experiências que ocorrem entre as cidades da rede e a possibilidade de um maior reconhecimento e valorização do município, através do fortalecimento das atividades econômicas e da cultura local, atraindo novos visitantes e inspirando outras cidades do Sul Global a adotarem esta filosofia ou outras alternativas.

Destaca-se que a mobilização dos atores para a feitura de um planejamento público no contexto do movimento SC, por meio de uma comunicação integrada entre governo e cidadãos, e do esclarecimento constante dos objetivos e do alcance das ações implementadas, poderá auxiliar principalmente este município a se tornar ou analisar a viabilidade de atuar como uma “cidade sustentável”, em direção ao ODS 11, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Agenda 2030.

Como limitações, este estudo seguiu uma orientação pragmática, não se atendo a análises críticas e nem a proposição de generalizações devido aos métodos de investigação empregados. Entretanto, entende-se que isso não fragiliza os resultados apresentados, pois podem estimular agendas de investigação sobre o tema sob a égide de outras abordagens e teorias no que tange a construção de conhecimentos sobre cidades, comunidades e territórios.

Portanto, em termos de futuras investigações, entende-se que há pelo menos quatro possibilidades de avanços de conhecimento sobre o tema: 1) revisões sistemáticas de literatura internacional relacionando, inclusive de forma historiográfica, as perspectivas/escolas/tipologias/evoluções de planejamento público e as diferentes formas de qualificação e distinção territorial como o *Slow City* aqui tratado; 2) Estudos críticos sobre essas formas de distinção territorial e o grau de cooptação das mesmas as lógicas de dominação ou de exploração cuja sustentabilidade é questionável para além da financeira; 3) análises de redes e de gênero do protagonismo e do perfil de participantes voluntários em planejamento público coletivos; 4) investigações empíricas em perspectiva comparada com outras cidades que adotaram ou desenvolveram qualificações territoriais alternativas como a *Slow City*.

## Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil (CNPq), à Fundação de Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG - PPM-00049-18) e à Coordenação para o Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, Brasil, financiamento 001. Agradecimentos complementares a equipe editorial e avaliadores anônimos pelas suas valiosas contribuições que repercutiram positivamente no presente artigo.

## Referências

- Agência Brasil (2020). *Tragédia de Mariana faz 5 anos e população ainda aguarda reparações*. <http://shorturl.at/gnAB9>
- Alves, E. L. G., & Lima, M. A. (1991). Crise e planejamento estratégico-situacional, *São Paulo em Perspectiva*, 5(4), 23–27.
- Bauer, R. C. (2016). *Movimento Slow Travel no contexto cultural do turismo no Brasil: Desafios e perspectivas*, [Dissertação de Mestrado em Filosofia, São Paulo, USP]. <http://shorturl.at/nwIY5>.
- Biberhofer, P., & Rammel, C. (2017). Transdisciplinary learning and teaching as answers to urban sustainability challenges, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 18(1), 63–83. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-04-2015-0078>.
- Brandão, C. (2008). Pactos em territórios: Escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento, *Organizações & Sociedade*, 15(45), 145–157.
- Braveboy-Wagner, J. A. (Ed.) (2003). *The foreign policies of the Global South: Rethinking conceptual frameworks*. Boulder, CO: L. Rienner.
- Cardoso Jr, J. C. P. O. (Ed.). (2011). *A reinvenção do planejamento governamental no Brasil*, Brasília: IPEA.
- Carvalho, R. M. R. (2014). “Lentidão”, território e bem-estar: O movimento da cidade lenta e a sustentabilidade do lugar, *Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes*, 1(2), 73–89. <http://dx.doi.org/10.17271/23178604222014714>.
- Çiçek, M., Ulu, S., & Uslay, C. (2019). The impact of the *Slow City* movement on place authenticity, entrepreneurial opportunity, and economic development, *Journal of Macromarketing*, 39(4), 400–414. <https://doi.org/10.1177/0276146719882767>.
- Cittaslow (2016). *Association*. <http://www.cittaslow.org/node/246>.

- Coca-Stefaniak, J. A. (2019). Marketing smart tourism cities – a strategic dilemma, *International Journal of Tourism Cities*, 5(4), 513–518. <https://doi.org/10.1108/IJTC-12-2019-163>.
- Coca-Stefaniak, J. A. (2020). Beyond smart tourism cities – towards a new generation of “wise” tourism destinations, *Journal of Tourism Futures*, ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/JTF-11-2019-0130>.
- Dallabrida, V. R., Becker, D. F. (2003). Governança Territorial: Um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica, *Desenvolvimento em Questão*, 1(2), 73–97. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2003.2.73-97>.
- Damer, S., & Hague, C. (1971). Public participation in planning: a review. *The Town Planning Review*, 42(3), 217–232.
- Doyduk, H. B. B., & Okan, E. Y. (2017). Sustainable City Branding: Cittaslow – The case of Turkey, in A. Bayraktar, & C. Usay (Eds.), *Global Place Branding Campaigns across Cities* (pp.166–184). Hershey, PA: IGI Global.
- Dupré, K., Bischeri, C. (2019). The architecture of resilience in rural towns, *Archnet-IJAR*, 14(2), 187–202. <https://doi.org/10.1108/ARCH-07-2019-0178>.
- Emmendoerfer, M. L., Fraga, B. O., Costa, V. N. G., & Ferreira, M. A. M. (2020). Análise da inserção de cidades no movimento *Slow City* como diretriz de qualificação e inovação territorial. *DRd-Desenvolvimento Regional em debate*, 10(ed. esp.), 171–194. <https://doi.org/10.24302/drd.v10ied.esp..3105>
- Fraga, B. O. (2018). *Coprodução do plano de desenvolvimento com base nos princípios slow: pesquisa-ação em Rio Doce (MG) Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Administração, Viçosa, Universidade Federal de Viçosa].
- Galantini, Z. D. Y., & Tezer, A. (2018). Resilient urban planning process in question: Istanbul case, *International Journal of Disaster Resilience in the Built Environment*, 9(1), 48–57. <https://doi.org/10.1108/IJDRBE-10-2016-0038>.
- Han, J. H., Kim, J. S., Lee, C. K., & Kim, N. (2019). Role of place attachment dimensions in tourists’ decision-making process in Cittaslow, *Journal of destination marketing & management*, 11, 108–119. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2018.12.008>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017). *Rio Doce*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/rio-doce/panorama>
- Ince, E., Iscioglu, D. & Ozturen, A. (2020). Impacts of Cittaslow philosophy on sustainable tourism development, *Open House International*, 45(1/2), 173–193. <https://doi.org/10.1108/OHI-04-2020-0011>.
- Kaufman, J. L., & Jacobs, H. M. (1987). A public planning perspective on strategic planning, *Journal of the American Planning Association*, 53(1), 23–33. <https://doi.org/10.1080/01944368708976632>
- Kucukergin, F. N., Ozturk, Y. (2020). Does slowness bring social change through Cittaslow?, *International Journal of Tourism Cities*, ahead-of-print(ahead-of-print). <https://doi.org/10.1108/IJTC-06-2019-0093>.
- Mafra, R., Henriques, M. S., & Braga, C.S. (2004). O planejamento da comunicação para a mobilização social: Em busca da co-responsabilidade. In M. S. Henriques (Org.), *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social* (pp. 33–58), Belo Horizonte: Autêntica.
- Marquêz, P. (2010, 12-15 de setembro). *Mapeamento de públicos: Estratégia de relações públicas na gestão de relacionamentos* [comunicação oral] VI Colóquio de Moda, São Paulo, Brasil.

- Maruna, M., Milovanovic R., D., & Colic, R. (2018). Remodelling urban planning education for sustainable development: The case of Serbia, *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 19(4), 658–680. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-07-2017-0102>.
- Mayer, H., & Knox, P. L. (2006). Slow cities: Sustainable places in a fast world, *Journal of urban affairs*, 28(4), 321–334. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9906.2006.00298.x>.
- Misoczksy, M. C. A. (2011). Introdução ao Planejamento Público, Em M. C. A. Misoczksy, & P. Guedes (Orgs.), *Planejamento e programação na administração pública* (pp.13–44). Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, Brasília-DF.
- Nahrin, K. (2019). Environmental area conservation through urban planning: Case study in Dhaka, *Journal of Property, Planning and Environmental Law*, 12(1), 55–71. <https://doi.org/10.1108/JPEL-11-2018-0033>.
- Niederle, P. A. (2014). Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial, Em J. S. B Cavalcanti, M. N. B. Wanderley, & P. A. Niederle, *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil* (pp. 103–135), Pernambuco: Editora UFPE.
- Oliveira, J. A. P. (2006). Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas, *Revista de Administração Pública*, 40(1), 273–88. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200006>.
- Organização das Nações Unidas no Brasil – [ONU BR] (2016). *Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.
- Özgeriş, M., & Karahan, F. (2020). Use of geopark resource values for a sustainable tourism: A case study from Turkey (Cittaslow Uzundere), *Environment, Development and Sustainability*, 1–15. <https://doi.org/10.1007/s10668-020-00773-3>.
- Özmen, A., & Can, M. C. (2018). Cittaslow movement from a critical point of view, *Planlama-Planning*, 28(2), 91–101. <http://dx.doi.org/10.14744/planlama.2018.95967>.
- Paludo, A. V., & Procopiuck, M. (2011). *Planejamento governamental: Referencial teórico, conceitual e prático*, São Paulo: Atlas.
- Pares, A., & Valle, B. (2006). A retomada do planejamento governamental no Brasil e seus desafios, Em J. Giacomoni, & J. L. Pagnussat (Orgs.), *Planejamento e Orçamento governamental*. Brasília: ENAP.
- Paydar, M., & Rahimi, E. (2018). Determination of urban sprawl's indicators toward sustainable urban development, *Smart and Sustainable Built Environment*, 7(3/4), 293–308. <https://doi.org/10.1108/SASBE-03-2017-0010>.
- Petrova, M., & Nenko, A. (2018). Urban emptiness as a resource for sustainable urban development, *Management of Environmental Quality*, 29(3), 388–405. <https://doi.org/10.1108/MEQ-01-2018-0004>.
- Pizzirani, S., McLaren, S. J., Forster, M. E., Pohatu, P., Porou, T. T. W., & Warmenhoven, T. A. (2018). The distinctive recognition of culture within LCSA: realising the quadruple bottom line, *The International Journal of Life Cycle Assessment*, 23(3), 663–682.
- Sekban, D. U. G., Bekar, M., & Acar, C. (2019). Evaluation of sustainability potential according to cittaslow criteria in Turkey/Trabzon, *Fresenius Environmental Bulletin*, 28(7), 5435–5446.
- Serdane, Z. (2019, July 9-12). *Application of slow philosophy in destination marketing: the case of Latvia* [Paper presentation]. IX Conference on advances in hospitality and tourism marketing and management, University of Portsmouth, Portsmouth, United Kingdom.



Silva, S. V., Niero, J. C. C., & Mazzali, L. (2009, 27-28 de agosto). *O Planejamento Estratégico Situacional no Setor Público - A Contribuição de Carlos Matus* [comunicação oral] XII Seminários de Administração (SemeAd) - Empreendedorismo e Inovação, São Paulo, Brasil.

Souza, L. A. M., & Carlos, E. (2019). Políticas públicas e mobilização social no contexto do desastre no Rio Doce, *Redes (St. Cruz Sul, Online)*, 24(2), 56–80. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i2.13040>.

Strydom, W., Puren, K., & Drewes, E. (2018). Exploring theoretical trends in placemaking: Towards new perspectives in spatial planning, *Journal of Place Management and Development*, 11 (2), 165–180. <https://doi.org/10.1108/JPMD-11-2017-0113>.

Thiollent, M. (2011). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

Toni, J. (2002). Reflexões sobre as possibilidades do planejamento no setor público – do orçamento participativo ao planejamento estratégico. *Ensaio FEE*, 23(2), 949–976.

Varolgüneş, F. K., Canan, F. (2018). A *Slow City* movement: The case of Halfeti in Turkey. *Iconarp International Journal of Architecture and Planning*, 6(2), 413–432. <http://dx.doi.org/10.15320/ICONARP.2018.61>.

Walker, T. B., & Lee, T. J. (2019). Contributions to sustainable tourism in small islands: An analysis of the Cittaslow movement, *Tourism Geographies*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/14616688.2019.1654539>.

Wanderley, L. J., Mansur, M. S., Milanez, B., & Pinto, R. G. (2016). Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais, *Ciência e Cultura*, 68(3), 30–35. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>.

Yin, R. K. (2018). *Case study research and applications: design and methods*. London: Sage.